

Ministro anuncia crédito especial de R\$ 200 milhões para suinocultores

Em audiência no Senado, ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, reconheceu as dificuldades enfrentadas pelo setor e anunciou medidas para incentivar a produção de carne de porco no país. **7**



Senadores Ana Amélia e Waldemir Moka e o ministro Mendes Ribeiro Filho participam de audiência: suinocultura em crise

Impasse sobre emendas adia Lei de Diretrizes Orçamentárias

Obstrução capitaneada pelo líder do DEM na Câmara impediu votação da LDO ontem. Sem a aprovação, Congresso não entra em recesso. **3**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.700 – Brasília, sexta-feira, 13 de julho de 2012

Comissão de Direitos Humanos tem balanço positivo

Previdência complementar foi destaque, diz Jayme Campos

Benedito de Lira quer plano para o turismo sustentável

Lúcia Vânia ressalta debates sobre desenvolvimento

2

MP do Código Florestal supera resistências



Luiz Henrique e Jorge Viana articulam a aprovação do relatório, que recebeu elogio de todos os senadores presentes

Relatório foi aprovado em comissão especial após seis horas de discussão e oposição de deputados da bancada ruralista

A pesar de tentativas de obstrução feitas por deputados da Frente Parlamentar de Agricultura, relatório do senador Luiz Henrique foi aprovado ontem na comissão especial formada para analisar a medida provisória que alterou o novo Código Florestal. Ficou para agosto a análise de 343 pedidos de destaque para voto em separado. **4 e 5**

Comissão aprova indicada para chefiar missão na União Europeia

Comissão de Relações Exteriores aceitou a indicação de Vera Lúcia Machado para a União Europeia e a de Ligia Scherer para a embaixada do Brasil em Moçambique. **6**

As diplomatas Vera Lúcia Machado (E) e Ligia Scherer e o senador Fernando Collor: indicadas tiveram nome aprovado para representar Brasil no exterior



Marcos Oliveira/Agência Senado

TV Senado integra Rede Legislativa de TV Digital em Minas Gerais

Pelo canal 61, o telespectador poderá assistir à TV Senado, à TV Câmara e à TV Assembleia, bem como às TVs das câmaras municipais. **8**

Reforma do Código Penal será prioridade no 2º semestre

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) criará um grupo para cuidar exclusivamente do tema. **8**



Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, discursa no lançamento

Comissão é espaço para a voz de toda a sociedade, dizem grupos

Representantes de vários grupos sociais, como indígenas e ciganos, participaram do balanço das atividades do primeiro semestre na CDH

DIVERSOS GRUPOS DA sociedade participaram ontem do balanço das atividades da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) no primeiro semestre do ano. Representantes de várias categorias de trabalhadores, dos indígenas, dos ciganos, dos servidores públicos, dos aposentados, das pessoas com deficiência, entre outros, definiram a CDH como um espaço para a voz dos excluídos e para ouvir toda a sociedade, não apenas especialistas e técnicos.

Marcos Avilques, da Coordenação Executiva da Articulação dos Povos Indígenas (APIB), afirmou que a CDH tem se consolidado como “ferramenta de luta para os excluídos”.

— Vemos a comissão como um espaço que temos para sermos ouvidos — elogiou.

Para o secretário executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Mário Theodoro, a comissão tem enriquecido os debates no país ao promover audiências com diversos setores da sociedade. Ele assinalou que “poucos utilizaram essa possibilidade, essa riqueza que



Raimundo Nonato Lopes, Neori Tigrão, Eloi de Araujo, Paulo Paim, Moacyr Auersvald, Marlete Queiroz e Wilson Veleci

é a consulta popular”.

A proposta de aprovação pelo Congresso de um estatuto dos ciganos também voltou a ser mencionada na CDH. A ideia foi apresentada pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), em audiência pública sobre a cidadania cigana realizada em maio. Marlete Queiroz, da Associação dos Ciganos Calons, entregou sugestões para elaboração da proposta.

— Nesta comissão é onde nós ciganos nos sentimos acolhidos. Aqui tem sido nosso espaço — afirmou.

O debate sobre a criação de cotas foi comentado por Paim.

O senador assinalou que o projeto (PLC 180/08) que reserva ao menos 50% das vagas das universidades públicas e escolas técnicas federais para alunos de escola pública será votado no Plenário em agosto.

— A sociedade já assimilou a política de cotas, o Supremo Tribunal Federal já decidiu pela sua constitucionalidade, a Câmara aprovou por unanimidade. A grande revolução da educação passa por esse projeto — disse o senador.

Motoristas

Entre fevereiro e julho, a CDH realizou oito reuniões

deliberativas, 33 audiências públicas e aprovou 37 projetos de lei, de um total de 60 proposições debatidas pelos parlamentares.

Entre as propostas aprovadas, Paim destacou o PLS 271/08, que regulamenta a profissão de motorista, transformado na Lei 12.619, de 30 de abril 2012. Ao avaliar os vetos da presidente Dilma Rousseff ao projeto, Luis Antonio Festino, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, disse que as mudanças são resultado da falta de diálogo com o Executivo.

Comissão de Assuntos Sociais já aprovou 81 projetos este ano

Jayme Campos (DEM-MT) fez ontem um balanço das atividades deste ano da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), da qual é presidente.



equivalente à licença-maternidade para pais que adotarem crianças.

Foram feitas 32 reuniões, sendo 23 deliberativas e nove

audiências públicas, que trataram de temas como a carência de médicos e o alto índice de HPV. Além disso, assinalou, as audiências esclareceram projetos como o que prevê internação compulsória de dependentes químicos e o que determina o cumprimento das sentenças e execução de títulos extrajudiciais da Justiça do Trabalho.

Colegiado é “vivo, dinâmico e produtor”, afirma Davim

Paulo Davim (PV-RN) elogiou a atuação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no primeiro semestre. O senador, que relatou 16 projetos de lei na CAS, disse que a comissão é “viva, dinâmica e extremamente produtora”.



Davim elogiou a atuação de Jayme Campos (DEM-MT) na presidência da CAS e acrescentou que o Senado, como um todo, teve uma produção legislativa de destaque no primeiro semestre.

— Fiquei muito feliz em saber que fui o membro da CAS que mais relatou matérias e teve seus relatórios aprovados.

O senador elogiou a aprovação do voto aberto em caso de cassação de parlamentares e do fim do 14º e do 15º salários dos senadores.

Benedito de Lira articula plano para turismo nacional

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Benedito de Lira (PP-AL), anunciou que está articulando com a Embatur, o Ministério do Turismo e os operadores um plano para incrementar o turismo sustentável, com foco no Nordeste.

O senador pretende formar uma comissão de alto nível para apresentar soluções para a área. Um dos focos desse esforço, segundo Benedito, será a redução do custo do turismo interno, especialmente de transporte. Segundo ele, as empresas aéreas cobram o que querem em trechos com pouca concorrência. De Maceió para Salvador, cuja distância é de 600 quilômetros, exemplificou, uma passagem custa “o abusivo valor de cerca de R\$ 1.600”.

— É preciso fazer algo para viabilizar o desejo dos brasileiros de conhecerem outras regiões além daquela onde moram — disse Benedito, na reunião da CDR de ontem, em que, por falta de quórum, não foram examinados os projetos da pauta.



Lúcia Vânia: modernizar infraestrutura do país é necessidade urgente

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), prestou contas das atividades do colegiado no primeiro semestre.

Ela chamou a atenção para a importância do Poder Legislativo na “urgente necessidade” de modernizar a infraestrutura do país e classificou o baixo investimento no setor de “um dos gargalos do desenvolvimento brasileiro”.

— Debater, cobrar, ouvir análises técnicas e de autoridades nas audiências públicas, sugerir caminhos: esse é o papel fundamental da Comissão de Infraestrutura — afirmou.

Nas 19 reuniões da CI no semestre, foram apreciadas 45 matérias. A senadora citou a obrigatoriedade de que todos os equipamentos elétricos de baixa tensão sejam bivolt, a instalação de assentos especiais para obesos nos meios de transporte e a exigência de habilitação para condutores amadores de veículos no tráfego aquaviário.



Flexa: empréstimo japonês beneficiará transporte no Pará

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comemorou conquistas recentes que beneficiaram



o Pará, como a aprovação da contratação de um empréstimo de 16,4 bilhões de ienes da Agência de Cooperação Internacional do Japão e a possível transmissão da TV Senado em canal aberto e da Rádio Senado em Belém.

O parlamentar acrescentou que é provável que a TV Câmara também passe a ser transmitida em canal aberto no estado.

Flexa ressaltou que o empréstimo será aplicado pelo governo na área de mobilidade urbana — tema que, de acordo com ele, preocupa todas as capitais do Brasil.

O senador elogiou a gestão do governador Simão Jatene, “que recolocou o Pará em equilíbrio fiscal e financeiro”. Afirmou que melhoraram a saúde, a educação, a segurança e a infraestrutura no Pará.

— O estado saiu de um déficit fiscal de 400 milhões de reais para um superávit de 700 milhões de reais. Voltou a estar adimplente, para poder pleitear os financiamentos — afirmou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO: Pronunciamentos

9h Sessão sem votações.

CPI DA MULHER: Audiência na Bahia

14h Comissão que investiga violência contra a mulher faz audiência em Salvador. Presente o secretário de Segurança Pública, Maurício Teles Barbosa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

PIB baixo trará problemas, diz Ricardo Ferraço

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse ontem que a economia brasileira poderá enfrentar enormes problemas caso se confirmem as perspectivas de desaceleração do produto interno bruto (PIB) no segundo semestre, repetindo os 2,7% de 2011 ou até menos que 2%.

— O mercado interno encolheu, aumentou a competição, ficou mais difícil exportar e isso está claro no desempenho da balança comercial brasileira — disse o senador.

Para Ferraço, o governo deveria adotar uma agenda para que as empresas possam competir no mercado interno e no externo. Segundo ele, estudos da Fundação Dom Cabral apontam que a falta de investimentos públicos no setor de logística em portos, aeroportos e rodovias já provoca perda de US\$ 80 bilhões, valor equivalente a 4% do PIB e idêntico ao volume que o Brasil precisa investir em gargalos no setor.

Ferraço reiterou o baixo desempenho, sobretudo no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e na Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Ele disse que o custo logístico do empresariado com transporte de carga chega a 12% do PIB, acima do registrado em países como Rússia e China, de 8% a 9%. Os reflexos da perda de competitividade, segundo ele, são sentidos na redução da capacidade das indústrias, no aumento no custo operacional e na redução da renda do produtor rural.

O senador registrou outros gargalos, sobretudo no setor siderúrgico. A capacidade instalada de produzir 48 milhões de toneladas de aço passa por uma das suas mais duras fases, segundo Ferraço.



Ferraço diz que o governo deveria estimular as empresas nacionais



Presidente da comissão, Paulo Pimenta ouve o líder do DEM na Câmara, Felipe Maia: novo cronograma de votação deve ser definido por Sarney e Marco Maia

Sem acordo sobre emendas, votação da LDO é adiada outra vez

Partidos de oposição impediram que houvesse quórum na reunião de ontem, e recesso parlamentar de julho fica ameaçado

FOI ADIADA MAIS uma vez a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A obstrução realizada por partidos da oposição — e também pelo PDT, que faz parte da base do governo — impediu que houvesse quórum na reunião de ontem. A falta de acordo sobre emendas seria o principal motivo para o adiamento da votação, que pode atrasar o recesso de julho. Enquanto isso, seguem as negociações com o governo.

Vários integrantes da oposição afirmam que não votarão a LDO (PLN 3/12) enquanto o governo não cumprir um acordo que garantiria R\$ 2,5 milhões para emendas parlamentares individuais. Deste montante, cada parlamentar deve destinar R\$ 1 milhão para o setor de saúde.

— Se o acordo for cumprido, a LDO será votada — declarou o deputado federal Felipe Maia (RN), do DEM, um dos partidos que têm liderado a obstrução.

Presidente da CMO, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) disse que, agora, a votação da LDO — que tem de ser aprovada não apenas na comissão, mas também no Plenário do Congresso — depende do cronograma a

ser acertado pelos presidentes da Câmara, Marco Maia, e do Senado, José Sarney, em um esforço concentrado que pode avançar sobre o período de recesso.

O recesso está previsto para começar dia 18, mas, para que isso seja possível, a LDO tem de ser votada até a próxima terça-feira. Sem a sua aprovação, o recesso fica suspenso. Questionado sobre a possibilidade de votação e aprovação até o dia 17, Paulo Pimenta demonstrou descrença, apontando a dificuldade de obter quórum até essa data.

— Neste momento, não vejo solução por meio de acordo. O DEM criou um cenário irrealizável — afirmou o presidente da CMO.

O relator da LDO, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), mostrou-se um pouco mais otimista. Ele disse que “o governo tem tempo para tomar as providências necessárias até a semana que vem e, assim, viabilizar o acordo entre governo e oposição”.

Além da LDO, há duas medidas provisórias que precisam ser votadas pela comissão: a MP 536/12 e a MP 564/12, que fazem parte do Plano Brasil Maior. Se não houver recesso, elas correm o risco de perder sua validade.

Oposição reclama por ficar sem recursos no período eleitoral

Ao reiterar as críticas do DEM, ontem, o deputado Felipe Maia declarou que a falta de disposição do governo em relação às emendas parlamentares “deixa a oposição sem oxigênio justamente no período eleitoral”, referindo-se aos pleitos municipais de outubro. As emendas são utilizadas pelos parlamentares, entre outros objetivos, para destinar recursos a obras e atividades nos municípios onde estão suas bases eleitorais.

Paulo Pimenta argumentou que as exigências do DEM não são razoáveis. Citando o caso do Ministério da Saúde, ele afirmou que muitas das emendas em discussão não podem ser atendidas neste momento porque os municípios a serem beneficiados não enviaram os pareceres técnicos — que fariam parte das exigências para viabilizar as emendas. Parte da oposição ressalta que isso ocorreu porque o governo demorou demais para fazer o empenho dos recursos.

Ainda segundo Pimenta, o Executivo liberou na

quarta-feira recursos referentes à conta Restos a Pagar, para que sejam pagas emendas anteriores.

Outro ponto que vem sendo repetido pela oposição é o suposto descaso do governo para negociar com o Congresso. Felipe Maia reiterou ontem a crítica de que o Executivo não se preocupou em confirmar um interlocutor no Congresso — papel que foi exercido pelo deputado Gilmar Machado (PT-MG) no ano passado.

— O deputado Paulo Pimenta vem agindo corretamente, mas não é papel dele fazer essa interlocução — disse Felipe Maia.

Ao concordar com essas críticas, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que “a base do governo é movediça e não tem consistência”, lembrando do caso do PDT, que também promove a obstrução da votação na CMO. Além disso, Flexa Ribeiro frisou que o acordo citado pela oposição tinha sido acertado com os líderes do governo no Congresso, mas acabou sendo desautorizado pelo Executivo.

Suplicy: queda da Selic protege país da crise internacional

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que foi acertada a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, de baixar a taxa básica de juros (Selic) de 8,5% para 8% ao ano — o menor patamar já registrado.

O senador explicou que a inflação em queda, a piora

dos indicadores da indústria e do comércio e o incerto cenário mundial foram os fatores que motivaram a decisão do Copom.

— Foi uma deliberação que avalio como correta e em sintonia com as recentes decisões da presidenta Dilma Rousseff de diminuir os

efeitos da crise econômica internacional por meio de ações que estimulem o consumo e o investimento na economia brasileira.

O parlamentar ressaltou que os consumidores devem exigir dos bancos a diminuição das taxas cobradas, “caso contrário não será a

grande maioria da população que ganhará com a baixa da Selic”.

O senador ressaltou que os índices de desemprego e inflação atingiram o menor nível dos últimos anos e disse ter a esperança de que esse conjunto de fatores estimulará o desenvolvimento.



Eduardo Suplicy: Banco Central acerta ao reduzir taxa de 8,5% para 8%



Bancarização permite mexer na conta pelo celular, afirma Pinheiro

Pinheiro elogia plano de inclusão financeira

Walter Pinheiro (PT-BA) elogiou a intenção do governo de enviar ao Congresso projeto de lei sobre bancarização e inclusão financeira. Ele lembrou que é autor de projeto sobre o assunto (PLS 635/11).

Segundo o senador, a bancarização viabiliza serviços de pagamento e de crédito por meio da telefonia móvel. O celular poderia ser usado como cartão de crédito e funcionaria como ferramenta de inclusão social, tecnológica e bancária. O sistema, disse, já é usado inclusive em nações menos desenvolvidas, como Filipinas e Quênia.

A bancarização poderia permitir que muitos brasileiros recebam crédito de programas sociais pelo celular. Ele lembrou que muita gente precisa se deslocar de suas cidades para ir a uma agência bancária e ter acesso a esse tipo de crédito. O uso do celular como meio de crédito evitaria gastos para as famílias mais pobres. Pinheiro sugeriu que o Banco do Nordeste do Brasil seja pioneiro na iniciativa, por conta dos créditos de programas sociais usados pelo banco.



Cristovam enviou carta há um ano à presidente com propostas

Cristovam cobra posição de Dilma sobre educação

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) cobrou uma resposta da presidente Dilma Rousseff à carta que ele enviou há um ano com propostas de mudanças na educação. No entanto, Cristovam disse que ficou feliz ao ouvir da presidente que país rico não é necessariamente o de maior produto interno bruto (PIB), mas aquele que cuida bem de suas crianças.

Na carta, o senador propõe que 6,4% do PIB seja destinado à educação de base. Segundo Cristovam, o montante é suficiente para pagar R\$ 9 mil de salário a um professor por mês, reconstruir as escolas, equipá-las com o que há de mais moderno e implantar horário integral.

A sugestão é começar a revolução educacional em 200 municípios, com média de 70 mil habitantes. Em dois anos, essas cidades teriam seu sistema educacional totalmente reformulado, disse. Na projeção do senador, com a ampliação do sistema para todos os municípios, em 20 anos a reformulação teria sido feita em todo o país.



Conciliação e não confronto, defende Casildo

Casildo pede entendimento sobre greves

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que o melhor para todos é que os servidores e o poder público busquem o entendimento para evitar greves que prejudiquem o país e a população.

Segundo o parlamentar, virou fato corriqueiro no Brasil greve de servidor. É inegável, disse, o direito à paralisação. Sugeriu, no entanto, que os servidores busquem “a via do entendimento, da conciliação, antes de partir para o confronto”.

Nos últimos anos, afirmou Casildo, a greve vem sendo banalizada. Para o senador, os sindicatos e centrais sindicais precisam ter maior compromisso com a sociedade. E cobrou o mesmo “espírito de entendimento” das categorias patronais e da administração pública.

A reposição de perdas inflacionárias para os salários, exemplificou, não deveria ser motivo de conflito, pois o orçamento dos trabalhadores não pode ser comprometido.

Relatório sobre MP do Código Florestal passa em comissão

Deputados e senadores aprovaram texto de Luiz Henrique após seis horas de discussão, que incluíram tentativas de obstrução pela Frente Parlamentar de Agricultura da Câmara. Ficou para o mês que vem a votação de 343 pedidos de destaque para voto em separado

APÓS MAIS DE seis horas de discussão e várias tentativas de obstrução de deputados da Frente Parlamentar de Agricultura, a comissão mista destinada a analisar a Medida Provisória (MP) 571/12, que alterou o novo Código Florestal (Lei 12.651/12), aprovou ontem o relatório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC). Os 343 pedidos de votação em separado deverão ser analisados em agosto, e a MP — que ainda precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado — perde validade em 8 de outubro.

Na reunião, o relator fez uma alteração no artigo 15, que estabelece regras para o cômputo de áreas de preservação permanente (APPs) no cálculo do percentual da reserva legal das propriedades rurais.

As principais alterações se referem aos princípios do novo Código Florestal, às definições de vereda e pousio, à recomposição de áreas de reserva legal em propriedades de quatro a dez módulos fiscais e sobre a dispensa da faixa de proteção de lagos menores que 1 hectare.

Princípios gerais

Com relação às mudanças no *caput* do artigo 1º, que estabelece princípios gerais para interpretação dos demais dispositivos, houve uma substituição da redação original da MP que considerava como fundamento central do novo Código Florestal “a proteção e o uso sustentável das florestas”, por uma redação apenas especificadora dos conteúdos da lei florestal brasileira. Essa mudança significou o retorno ao texto final aprovado pela Câmara.

Atendendo a emendas apresentadas por vários deputados, Luiz Henrique

retomou a definição de vereda que havia sido aprovada em ambas as Casas do Congresso. Sobre esse tema, falando na audiência pública em que os ministros do governo justificaram a MP 571/12, a senadora Kátia Abreu (PSD-TO) criticou o conceito proposto pelo Palácio do Planalto, por considerar que ampliava indevidamente a aplicação desse tipo de APP, visto que retirava a necessidade da presença de buritis para a caracterização da vereda.

Limite para pousio

Sob a alegação de que a definição de pousio da MP 571/12 poderia gerar insegurança jurídica, o relator propôs um aprimoramento do dispositivo introduzindo um parágrafo tornando mais claro o limite de aplicação dessa prática cultural a apenas 25% da área produtiva da propriedade ou posse.

O relatório dispensa a faixa marginal de APP prevista para acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 hectare. Sobre isso, Luiz Henrique condicionou a necessidade de supressão de vegetação nativa à autorização de órgãos ambientais estaduais.

O relatório propõe ainda alteração no parágrafo 1º do artigo 35 do novo Código Florestal para incluir a possibilidade de os agricultores fazerem o reflorestamento de suas propriedades rurais não apenas com espécies de plantas nativas, mas também com exóticas e frutíferas. A recomposição com exóticas estava autorizada no texto final do Código Florestal aprovado na Câmara dos Deputados, mas a nova redação dada pela MP 571/12 eliminou a possibilidade.



Luiz Henrique (D) enfrentou resistência de deputados da bancada ruralista, mas conseguiu aprovação após seis horas de discussão



Articulação de senadores pela aprovação do relatório: Rollemberg e Blairo Maggi ouvem Jorge Viana, sob o olhar de Waldemir Moka

Ana Amélia aponta lacuna sobre APPs urbanas na MP

A senadora Ana Amélia (PP-RS) lamentou a retirada da competência do plano diretor e da lei de uso do solo do município na definição das áreas de proteção permanente na área urbana. O relator suprimiu os parágrafos 9º e 10 do artigo 4º da MP, que tratavam do assunto. Ana Amélia informou que já apresentou dois destaques para votação em separado preservando a autonomia dos municípios. Ana Amélia disse que a insegurança jurídica prejudica o administrador municipal. Ela explicou que a inexistência de lei vai impedir projetos da construção civil, por exemplo, e fará com que os critérios



Senadora crítica retirada de item sobre competência das cidades

para APP em área rural sejam aplicados na área urbana. A senadora comentou ainda a situação dos suinocultores, que têm sofrido com os elevados custos de produção e a queda dos preços desde o fechamento de mercados, como o da Rússia e o da Argentina. Isso tem levado ao excesso de carne no mercado brasileiro.

Viana pede equilíbrio para o restante da tramitação

Jorge Viana (PT-AC) registrou em Plenário a aprovação do relatório na comissão mista e lembrou que o Senado aprovou o novo Código Florestal com texto suprapartidário, que buscava atender tanto a produção nacional quanto a proteção ao meio ambiente. Entretanto, disse, o texto dos senadores foi muito alterado na Câmara dos Deputados, o que fez a presidente Dilma Rousseff vetar vários pontos da proposta e enviar ao Congresso a MP 571/12.

Viana disse que um grupo de deputados continua com posicionamento radical contra vários aspectos do

Código Florestal, o que pode prejudicar o andamento da matéria.

— É importante a vigilância de todos, a contribuição e a união de todos para que possamos fazer uma lei boa para os produtores, que diferencie a proteção ao meio ambiente, o pequeno do grande, que dê segurança jurídica para quem quer produzir dentro da lei, que faça da agropecuária do Brasil um tema estratégico e fundamental. Mas que a gente não abra mão de fazer do Brasil um país do futuro e dar exemplo no cuidado dos seus recursos naturais, especialmente com suas florestas — concluiu o senador.

Garibaldi pede “atenção total” do governo à seca no Nordeste



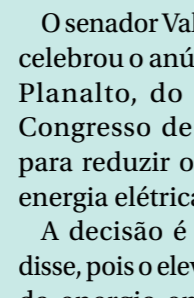
O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) pediu “atenção total” do governo para a seca que assola o Nordeste, prejudicando a economia e a população.

— É inconcebível nos dias atuais nos depararmos com cenas grotescas, como as que vemos na TV, que nos remetem ao século passado, quando a falta de alimentos e água, tanto para consumo como para criação de rebanhos, se traduzia em tragédias que hoje não podemos mais admitir — disse.

Para o senador, apesar de o governo já estar agindo, como a edição da medida provisória (MP 566/12) que destinou R\$ 706 milhões para os municípios atingidos —, é fundamental que os esforços sejam intensificados. As obras de transposição do rio São Francisco, disse, precisam ser aceleradas para garantir canais de irrigação nas áreas carentes de água. Garibaldi Alves também afirmou ser necessário intensificar as medidas para garantir o abastecimento de água, como a perfuração de poços e a construção de barragens e açudes.

O senador registrou a realização de obras que ampliam a estrutura hídrica e a distribuição dos estoques de água, implantadas pelo governo do Rio Grande do Norte, como as adutoras de Carnaúba do Dantas e Caicó.

Raupp comemora medida para baixar preço da energia



O senador Valdir Raupp celebrou o anúncio, pelo Planalto, do envio ao Congresso de medidas para reduzir o preço da energia elétrica.

A decisão é acertada, disse, pois o elevado custo da energia enfraquece a competitividade da indústria e os investimentos. E é oportuna, pois setores da indústria nacional já ameaçam deixar o país em busca de energia mais barata, como a do Paraguai.

Serão duas medidas distintas, explicou Raupp. A primeira, de curto prazo, trará a redução de alguns dos encargos que compõem as tarifas. A segunda, de médio prazo, será a renegociação com as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia cujos contratos vencerão em 2015.

— O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, tem batido nessa tecla há muito tempo, para que o governo não perca a oportunidade. A renovação só deve ser feita se as empresas concordarem em reduzir as contas cobradas do consumidor — declarou.

Raupp anunciou que entrará de licença, terça-feira, para se dedicar às campanhas eleitorais do PMDB pelo Brasil. Assumirá o suplente Tomás Correia.

Senadores apontam avanços no relatório para a produção e a preservação ambiental

Na reunião, todos os senadores presentes elogiaram o trabalho de Luiz Henrique, considerando que seu relatório contempla importantes avanços para o desenvolvimento da produção agrícola e para o aprimoramento da preservação ambiental.

Para Kátia Abreu (PSD-TO), foram inúmeras as inovações benéficas para os produtores rurais. Ela citou a possibilidade do cômputo de áreas de APP para formação da reserva legal, a extinção da obrigatoriedade de averbação da reserva legal, o respeito ao princípio da irretroatividade em relação a desmatamentos, a consolidação de atividades produtivas em APPs e a possibilidade de recomposição de reserva legal com espécies de plantas exóticas ou frutíferas, entre outras.

— Se este relatório ainda não satisfaz em 100%, é preciso reconhecer que foi elaborado de maneira democrática e representa um relevante ganho para o setor produtivo. Claro que o ideal seria enviar para os estados opinar sobre todas as questões, respeitando o pacto federativo — disse Kátia Abreu, considerando um importante ganho para o setor produtivo a prioridade que o Congresso deu para a modernização do Código Florestal.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) parabenizou Luiz Henrique pelo esforço de conciliação para o equilíbrio necessário entre a produção de alimentos e a preservação ambiental. Rollemberg alertou, no entanto, para a importância de permitir recuos na faixa de proteção de nascentes em áreas consolidadas. Blairo Maggi (PR-MT) também elogiou o relatório, destacando as dificuldades de harmonizar os interesses das diversas regiões. Em sua avaliação, o novo código tem muitos pontos de semelhança com o Programa Mato Grosso Legal, criado em seu governo.

Jorge Viana (PT-AC) manifestou confiança no trabalho do relator. Para ele, o novo Código Florestal brasileiro deverá viabilizar a disseminação no país das práticas sustentáveis do manejo florestal. Ele reclamou, no entanto, da posição de parlamentares ruralistas de sempre tentar “jogar nas costas do meio ambiente” todos os problemas da agricultura.

Sérgio Souza (PMDB-PR) também registrou apoio ao relatório de Luiz Henrique, chamando a atenção para a necessidade de que ainda sejam feitas novas alterações visando à implementação do Plano Nacional de Irrigação no país.

Deputados ruralistas cobram alterações no texto de Luiz Henrique

Os deputados da bancada ruralista demonstraram, durante a discussão do relatório, que não estão nada satisfeitos com o formato atual da nova lei. Reclamando das 32 alterações feitas pelo Planalto, eles criticaram o texto de Luiz Henrique e propuseram alterações. Giovanni Queiroz (PDT-PA) chamou a atenção para a importância de se incluir o adjetivo “perenes” no dispositivo que trata de APPs ao longo de cursos d’água, para evitar que rios e córregos intermitentes sejam considerados como geradores de APP.

Bernardo Santana (PR-MG) criticou a permanência de alguns princípios nos incisos do artigo 1º. Segundo ele, a redação dada a alguns desses dispositivos deverá causar insegurança jurídica, por permitir que magistrados deem interpretações à lei que podem prejudicar os produtores rurais.

— A redação do artigo 1º não atende aos ensinamentos da Lei Complementar 98/95. Isso trará um grau de subjetivismo inadmissível na interpretação do novo código por juízes — alertou.

Luiz Carlos Heinze (PP-RS) reclamou do conceito de áreas úmidas introduzido na MP pelo Palácio do Planalto. Segundo ele, em vez de restringir apenas aos 11 sítios Ramsar (zonas úmidas) listados no tratado internacional de áreas úmidas, a definição foi indevidamente ampliada, permitindo sua aplicação a áreas de várzeas e brejos.

Valdir Colatto (PMDB-SC) propôs um tempo maior para a análise do relatório de modo a permitir que seja feita avaliação dos impactos econômicos que deverão resultar das exigências de recomposição das áreas de APPs consolidadas constantes da nova lei florestal. Segundo ele, estudos preliminares feitos pela Embrapa demonstraram que serão necessários de R\$ 8 bilhões a R\$ 15 bilhões somente para a construção de cercas em redor das APPs.

Do mesmo modo, o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) demonstrou preocupação com a atribuição somente aos produtores rurais da responsabilidade pelo pagamento da conta referente à perda de áreas produtivas em APPs.

Souza defende mudanças que ampliem irrigação

Antes mesmo da votação em comissão, Sérgio Souza já havia dito em Plenário, quarta-feira, que o Congresso deve aproveitar a tramitação da MP para incluir dispositivos que facilitem a implementação de sistemas de irrigação nas propriedades rurais.

Informando sobre a chegada ao Senado do projeto de lei que cria o Plano Nacional de Irrigação, votado semana passada na Câmara, o senador observou que a aprovação de nada adiantará se não for acompanhada da atualização da legislação ambiental para regular a captação de água em

cursos d’água, a ser utilizada em projetos de irrigação.

Souza disse que o percentual de culturas irrigadas no Brasil é muito pequeno e precisa ser aumentado para dar mais segurança à produção agrícola, evitando o risco de quedas de safra pela ocorrência de secas.

— O preço do feijão estourou porque muitas lavouras foram afetadas pela seca e, por isso, estamos importando feijão da China. A China tem tão somente 5% da água doce do planeta e irriga metade de sua produção. Já no Brasil, que tem 12% da água doce, o percentual de culturas irrigadas não chega a dois dígitos — disse.

Europa vê Brasil como parceiro para superar a crise, diz embaixadora

Comissão aprovou indicação de Vera Machado para chefe da missão brasileira na União Europeia; segundo ela, parceria precisa se fortalecer

A EUROPA VÊ o Brasil como “parceiro importante para a superação da crise econômica internacional”, afirmou a ministra de primeira classe Vera Lúcia Barrouin Crivano

Machado. A indicação dela para chefe de missão na União Europeia (UE) foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Durante sua exposição aos integrantes da comissão, a embaixadora indicada observou que, apesar dos duros efeitos da crise, a União Europeia continua sendo o maior parceiro comercial do Brasil.

superar este momento difícil e para que aumente a parceria estratégica que temos com a Europa — disse Vera Machado, cuja indicação teve Francisco Dornelles (PP-RJ) como relator.



As diplomatas Vera Lúcia Machado (E) e Ligia Scherer e o senador Collor

No ano passado, as exportações brasileiras para a UE alcançaram US\$ 52,9 bilhões, enquanto as importações chegaram a US\$ 46,4 bilhões.

Apesar de admitir que o comércio começa a ser afetado pela crise, a embaixadora classificou o atual desempenho de “extraordinário”.

Ela observou que os países da UE foram o destino de quase um terço dos investimentos realizados por empresas brasileiras nos últimos cinco anos, envolvendo setores como construção, aviação, siderurgia, bebidas e alimentos.

Vera citou o estabelecimento da “parceria estratégica” entre o Brasil e a UE em 1997 e apontou a cooperação científica como tema prioritário para os próximos anos, devido ao “enorme interesse” de universidades europeias em receber estudantes brasileiros, por meio do Programa Ciência sem Fronteiras.

— Quero deixar uma mensagem de esperança, para que os europeus possam

até o momento, observou a embaixadora, não há perspectivas de recuperação econômica na Europa. O desemprego alcança 11% da população economicamente ativa. Por causa da crise, tem aumentado a xenofobia.

Durante o debate, Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou a mesma preocupação quanto aos efeitos da crise europeia sobre os imigrantes.

Sérgio Souza (PMDB-PR) registrou a manutenção, pelos países europeus, de “fortes subsídios” à agricultura, apesar da crise.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) protestou contra as barreiras impostas pela União Europeia ao café industrializado no Brasil. Segundo observou o senador, o café solúvel brasileiro enfrenta uma taxa de 9%, enquanto sobre produtos semelhantes do Vietnã e da Indonésia recaem impostos de apenas 3%. Essa medida, alertou, “retira competitividade da lavoura cafeeira brasileira”.

Comissão aprova embaixadora indicada para Moçambique

A Comissão de Relações Exteriores aprovou a indicação da ministra de primeira classe Ligia Maria Scherer para embaixadora em Moçambique e, cumulativamente, na Suazilândia e em Madagascar. A mensagem teve como relator Sérgio Souza (PMDB-PR).

Excluído o Mercosul, informou a embaixadora, Moçambique é o país que mais recebe programas de cooperação brasileira. Entre os recentes resultados dessa cooperação, ela citou a construção de uma fábrica de antirretrovirais e a abertura de um escritório da Fiocruz.

— A atuação do Brasil na África e em Moçambique é diferenciada. Estamos juntos, gerando empregos para os moçambicanos.

União Europeia

- » Membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia
- » População: 502.057.928
- » PIB: € 12,26 bi

Fonte: www.europa.eu

Moçambique

- » Área: 799.380 km²
- » População: 23.929.708
- » PIB per capita: US\$ 1.100
- » Capital: Maputo

Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

Mozarildo apoia defesa para Amazônia e faixa de fronteira



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou ontem a aprovação, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, de um anteprojeto que prevê a criação de uma política nacional de defesa para a área. Ele disse que um fator que contribui para o atraso da região é o fato de o governo não ter uma política permanente para a área, promovendo apenas ações esporádicas.

O senador também mostrou satisfação pela aprovação da Medida Provisória 568/12, sobre remuneração no serviço público, mas lamentou a falta de previsão de reajuste salarial para os policiais dos ex-territórios, como é o caso de Roraima.

Paim defende adaptação legislativa ao Tribunal Penal Internacional



A necessidade de uma participação efetiva do Brasil no Tribunal Penal Internacional (TPI) foi apontada por Paulo Paim (PT-RS). O senador explicou que o governo brasileiro já ratificou, em 2002, o estatuto do tribunal (Estatuto de Roma), mas ainda não adaptou sua legislação à jurisdição internacional. Paim pediu a aprovação urgente de projeto do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), em tramitação na Câmara, que define os crimes de genocídio, contra a Humanidade e de guerra.

O senador também lamentou dados do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), mostrando que, de 2005 a 2010, o país teve quase 16.500 acidentes de trabalho com morte.

Ana Rita registra reunião do Foro de São Paulo na Venezuela



Ana Rita (PT-ES) relatou sua participação no 1º Encontro de Parlamentares do Foro de São Paulo, realizado entre 4 e 6 de julho na Venezuela. Ângela Portela (PT-RR), deputadas brasileiras e o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, também estiveram presentes ao evento.

Ana Rita explicou que o foro congrega entidades civis de vários países e mais de cem partidos de esquerda, para debater problemas sociais. Segundo a senadora, a posição da mulher na sociedade foi destaque no encontro. Ela falou, entre outros temas, sobre as atividades da CPI mista da Violência contra a Mulher.

— Apesar dos avanços, estamos em sétimo lugar em homicídios femininos no mundo — lamentou.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Requião diz que políticas reduzem Brasil a produtor agrícola e mineral



Moreira Moriz/Agência Senado

Roberto Requião (PMDB-PR) disse que termina o primeiro semestre com os olhos abertos para a economia, já que o governo e os agentes econômicos não param de revisar para baixo a previsão de crescimento do PIB de 2012.

— De tanto calcular e recalculer, daqui a pouco vamos bater os costados num rotundo zero.

O senador disse que o desenvolvimento do Brasil vem sendo sabotado por políticas que primarizam sua economia e o transformam em produtor de *commodities* agrícolas e minerais.

— Mesmo que a isso acrescentássemos o Plano Brasil Maior, a desoneração da folha de pagamento e o controle de apreciação do câmbio, não se poderia dizer que temos política industrial — afirmou.

Monteiro pede “agenda estruturante” para salvar a indústria nacional



Waldemir Barreto/Agência Senado

Armando Monteiro (PTB-PE) mostrou preocupação com a queda na competitividade da indústria e cobrou medidas para que o “patrimônio de décadas” do setor industrial não se perca diante da competição com outros países. Para ele, as medidas pontuais de estímulo a setores da economia não são suficientes — falta uma “agenda mais estruturante” que estimule a inovação e simplifique o sistema tributário.

— Em função dos avanços na economia, começamos a experimentar uma apreciação da moeda, que comprometeu a competitividade da produção nacional. Além disso, uma série de custos no país se elevou extraordinariamente na última década.

Renan volta a cobrar do Ibama licença ambiental para estaleiro em Alagoas



Moreira Moriz/Agência Senado

Renan Calheiros (PMDB-AL) protestou contra manifesto da Associação Nacional dos Servidores do Ibama referente à tramitação do PLC 60/11 e a um pronunciamento seu.

Sexta-feira passada, Renan contestou o Ibama em Plenário por não ter concedido licença ambiental para a construção de um estaleiro em Alagoas. Na Comissão de Constituição e Justiça, Renan Calheiros pediu vista de projeto que beneficia o Ibama.

O senador afirmou que pediu vista porque o órgão deve explicações por ter concedido licenças ambientais para projetos com maior potencial de dano ambiental em outros estados.

— Não vou aceitar intimidação. O Ibama precisa explicar por que liberou projetos com dano ambiental superior ao de Alagoas.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ministro Mendes Ribeiro Filho discursa a suinocultores em audiência pública da Comissão de Agricultura: medidas do governo para aquecer setor

Ministro anuncia medidas para minimizar crise na suinocultura

Mendes Ribeiro Filho disse no Senado que governo oferecerá R\$ 200 mi em créditos ao setor, que amarga queda nas exportações

A LIBERAÇÃO DE R\$ 137 bilhões para a agricultura comercial e familiar, a renegociação de dívidas e a criação de linhas especiais de crédito de R\$ 200 milhões para os suinocultores. Essas são medidas adotadas pelo governo federal para minimizar a crise enfrentada pelo setor suinocultor e foram anunciadas ontem, em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), pelo ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho.

O ministro afirmou aos suinocultores que lotaram o Auditório Petrônio Portella, no Senado, que a crise não se deve a descuido do governo em relação ao setor, mas às restrições comerciais impostas pela crise internacional por que passam os países importadores e a eventos climáticos, como estiagens e excesso de chuvas.

Como a crise na suinocultura se deve ao excesso de produção associado à insuficiente demanda, o ministro da Agricultura sugeriu a realização de campanhas publicitárias para incentivar o consumo de carne suína.

Márcio Milan, vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), também defendeu a adoção de campanhas de orientação ao consumidor para incluir a carne de porco no seu cardápio.

Ele informou que, diariamente, entram nos supermercados brasileiros 25 milhões de consumidores, que poderiam ser informados sobre o produto e receber receitas para aumentar o consumo desse tipo de carne.

Desoneração

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR), que requereu o debate junto com a senadora Ana Amélia (PP-RS), informou que emenda do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) à Medida Provisória 563/12 estende aos suinocultores e avicultores a desoneração da folha de pagamento que beneficiará a indústria automotiva. Se aprovada, explicou ele, a medida reduzirá em 3% o custo da cadeia produtiva da suinocultura.

Na opinião do presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), Pedro de Camargo Neto, apesar de não ter grande visibilidade, o setor é um dos que mais geram empregos no país.

Há mais de 1 milhão de postos de trabalho na suinocultura, informou o presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS), Marcelo Lopes, contra os cerca de 300 mil da indústria automotiva — beneficiada frequentemente com redução de impostos.

Para proteger suinocultor, Casildo sugere que mercado seja regulado

Casildo Maldaner (PMDB-SC) sugeriu a realização de um levantamento sobre a produção e a demanda para regular o mercado da suinocultura. Assim, destacou, será possível evitar que em momentos de economia estável entrem novos produtores que prejudiquem os antigos. O parlamentar sugeriu que o ingresso na suinocultura dependa de aval dos que já estão trabalhando na área.

— Assim, quando o mercado melhorar, os aventureiros não vêm pegar recursos do BNDES e do Banco do Brasil, prejudicando os suinocultores. Primeiro, deve ser para quem já está no mercado. Depois, para quem quer entrar nele.

Ana Amélia informou que cem municípios suinocultores da região Sul decretaram estado de emergência. Ela pediu solidariedade ao governo, às cooperativas e aos supermercados para a superação da crise.

Na audiência pública, o deputado federal Wilson Covatti (PP-RS) lançou a Frente Parlamentar em Defesa da Suinocultura, a qual ele presidirá. De acordo com o deputado, será um instrumento para reivindicar solução dos problemas.

Sérgio Souza aponta queda nas exportações de carne de porco

Sérgio Souza (PMDB-PR) alertou ontem em Plenário para a grave situação enfrentada pela suinocultura no Brasil. Segundo o senador, o setor tem acumulado prejuízos e precisa de ajuda.

Ele destacou que o Brasil é o quarto maior produtor e o quarto maior exportador de carne suína do mundo. O setor abrange 50 mil produtores e responde por 1 milhão de empregos diretos e indiretos.

O senador disse que o principal problema é a queda do preço do produto. O preço do quilo do suíno vivo em São Paulo caiu de R\$ 2,70 em

julho de 2010 para R\$ 1,91 em julho de 2012. Os custos de produção tiveram aumento de 45%.

De acordo com a Embrapa, o custo médio da produção por quilo fica hoje em R\$ 2,73, mas o produtor brasileiro vende o quilo de carne a R\$ 1,91. O prejuízo acumulado de 2012, disse o senador, chega a R\$ 1,78 bilhão.

Além do prejuízo decorrente do preço no mercado interno, a concorrência internacional cresceu e alguns compradores tradicionais estão fechando as portas ao país. O custo de produção menor nos Estados Unidos,



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sérgio Souza: suinocultores brasileiros enfrentam prejuízos e precisam de ajuda

a queda no consumo e o aumento dos excedentes exportáveis subsidiados da União Europeia estão distorcendo os preços de mercado internacional. O Brasil, que em 2007 respondia por 12% das exportações mundiais, caiu em 2012 para 8%.

Alvaro quer resposta para denúncias contra Petrobras

Waldemir Barreto/Agência Senado



Alvaro Dias (PSDB-PR) informou ontem no Plenário que solicitará ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, relatório sobre os procedimentos adotados pelo Ministério Público em resposta às representações protocoladas pelo PSDB e pelo DEM a respeito de irregularidades na Petrobras — como o suposto superfaturamento nas obras de uma refinaria em Abreu e Lima (PE), que deveria ser construída pela empresa em parceria com a Venezuela.

— Nós avaliamos a obra comparativamente com obras do gênero em outras partes do mundo e chegamos à conclusão de que o superfaturamento da obra da Refinaria Abreu e Lima seria de US\$ 2 bilhões — afirmou o senador.

— Nós avaliamos a obra comparativamente com obras do gênero em outras partes do mundo e chegamos à conclusão de que o superfaturamento da obra da Refinaria Abreu e Lima seria de US\$ 2 bilhões — afirmou o senador.

Ferraço diz que senadores precisam ouvir Graça Foster

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) elogiou a decisão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de realizar audiência pública com a presidente da Petrobras, Graça Foster, a respeito do plano de trabalho da empresa para o período 2012–2016. A reunião deve ser realizada no segundo semestre.

— [Ela] traz a debate o trabalho de uma das empresas mais importantes do país — disse o parlamentar, que foi o autor do requerimento do convite a Graça Foster.

O senador disse que o novo modelo de gestão implementado na Petrobras pode servir de exemplo para o Brasil.

Ferraço ressaltou que a empresa vem trabalhando de forma mais cuidadosa e realista, dizendo que a presidente teve “uma boa dose de coragem” para frear os investimentos e ajustar o plano de trabalho da empresa.

Comissão de Justiça dará prioridade a Código Penal

Em avaliação das atividades da CCJ no primeiro semestre, senador Eunício Oliveira, presidente da comissão, destacou a análise de 225 matérias e a realização de seis audiências públicas

A INSTALAÇÃO DE uma comissão especial para analisar o anteprojeto de reforma do Código Penal será uma das prioridades da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na retomada dos trabalhos legislativos após o recesso parlamentar.

O anúncio foi feito pelo presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que poderá presidir também a comissão especial do Código Penal.

Apesar de a escolha dos demais membros ainda estar indefinida, Eunício pretende contar com a colaboração de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Pedro Taques (PDT-MT) nesse trabalho, caso sua indicação seja confirmada.

Eunício também avaliou as atividades da CCJ no primeiro semestre deste ano. O senador assinalou a apreciação de 225 matérias e a realização de seis audiências públicas pela comissão entre fevereiro e



José Cruz/Agência Senado

Eunício: principais matérias votadas sobre economia e combate à violência

julho de 2012. As principais propostas votadas tratam de questões econômicas e do combate à violência.

O presidente da CCJ citou como destaques de viés econômico o projeto de resolução (PRS 72/10) que uniformizou as alíquotas do ICMS nas

operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior e as propostas de emenda à Constituição (PECs 56/11, 103/11 e 113/11) que regulavam a incidência desse tributo sobre o comércio eletrônico. Sobre a questão da violência, destacou o PLS 495/11, que ampliou a pena por exploração sexual de crianças e adolescente.

Administração

Matérias importantes vinculadas à administração pública também foram aprovadas pela CCJ no semestre, como a PEC 30/10, que aplica as exigências da Lei da Ficha Limpa para contratação de novos servidores públicos, a PEC 6/12, que proíbe o provimento, a investidura e o exercício em cargo ou função comissionada de cidadãos declarados inelegíveis, e o PLS 209/03, que endurece a punição pelos crimes associados à lavagem de dinheiro.

Ciro Nogueira: Brasil Mais Seguro gera entusiasmo

O Programa Brasil Mais Seguro, lançado em junho pelo Ministério da Justiça em Maceió, deve ser saudado com o máximo de entusiasmo e esperança, segundo Ciro Nogueira (PP-PI). Para o senador, “o Brasil deu um passo na direção de um futuro com mais segurança e menos impunidade”.

— O entusiasmo é provocado pela abrangência e pela ousadia do programa, talvez o mais ambicioso plano de segurança pública da história do país; e a esperança é a tradução do nosso desejo de que todos os objetivos do programa sejam plenamente alcançados — disse.

Ciro Nogueira ressaltou que Alagoas foi o estado escolhido para sediar o projeto-piloto por ter o mais alto índice de violência do país. O senador explicou que o programa enfatiza duas vertentes: fortalecimento do trabalho de investigação e de perícia de crimes e integração de polícias, secretarias de estado e Poder Judiciário.



Jonas Pereira/Agência Senado

Ciro: programa enfatiza a investigação e a integração

Proteção de autoridades contra crime organizado

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediu providências do Estado contra as ameaças recebidas por autoridades do Poder Judiciário e do Ministério Público que atuam no combate ao crime organizado e “necessitam de apoio de todas as instituições, necessitam de proteção”.

— É devido à ação do Ministério Público, muitas vezes ao lado de investigações da Polícia Federal, que nos é possível desbaratar enormes esquemas existentes de corrupção — afirmou.

O senador citou a procuradora Léa Batista, que atuou na Operação Monte Carlo. Por conta de ameaças, ela passou a receber proteção policial. O ex-cunhado de Carlinhos Cachoeira,



Waldemir Barreto/Agência Senado

Randolfe lembra importância da ação do Ministério Público

Adriano Aprígio de Souza, foi identificado como autor das ameaças e preso. Randolfe citou, ainda, o juiz Paulo Augusto Moreira Lima, que se afastou do caso em decorrência de ameaças, e os juízes Patrícia Acioli, José Machado Dias e Alexandre Martins de Castro Filho, que foram assassinados.

Wellington anuncia que se candidatará a prefeito de Teresina

Moreira Mariz/Agência Senado



Wellington Dias (PT-PI) anunciou que disputará a Prefeitura de Teresina.

O senador disse que atenderá a um pedido do partido e ao “clamor da população”.

— Não poderia negar-me no momento em que via a expressão clara da população me pedindo isso. Ao mesmo tempo, há um projeto político em jogo. Por isso, pela responsabilidade com a minha cidade, com meu estado, aceitei o desafio.

Segundo Inácio Arruda, PCdoB disputará 6 capitais

Moreira Mariz/Agência Senado



Inácio Arruda (PCdoB-CE) anunciou que o seu partido lançará candi-

datos a prefeito em 220 municípios. O senador lembrou que ele próprio concorrerá à Prefeitura de Fortaleza.

— É a primeira grande experiência com esse número de candidatos. Mas, mais do que isso, pela primeira vez vamos disputar as eleições em seis capitais, com candidatos com fortes relações com os municípios — disse.

Eduardo Lopes aponta perspectivas para as eleições

Moreira Mariz/Agência Senado



Eduardo Lopes (PRB-RJ) fez uma avaliação das possibilidades de crescimento de seu partido nas eleições deste ano.

— Imaginem o PRB com 100 prefeitos, 100 vice-prefeitos e 1.600 vereadores. Isso aumenta muito a base de apoio do partido para as eleições de 2014 — disse.

Segundo ele, a previsão é de eleger 16 deputados federais em 2014.

TV Senado integra Rede Legislativa de TV Digital em Minas

A Rede Legislativa de TV Digital foi lançada ontem na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Em um único canal, o 61, o telespectador poderá assistir às programações da TV Senado, TV Câmara e TV Assembleia, bem como das

câmaras municipais. Para o presidente da assembleia, Dinis Pinheiro (PSDB), a TV dá ao cidadão a oportunidade de acompanhar o trabalho parlamentar.

— Somos empregados do povo e temos que exercer essa

função com transparência e responsabilidade — disse.

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação do Senado, Fernando Cesar Mesquita, disse que, em geral, o noticiário sobre o Poder Legislativo é negativo e faz com

que o brasileiro tenha uma visão equivocada do trabalho realizado pelo legislador.

— A Rede Legislativa é uma contribuição à democracia. O cidadão vai poder acompanhar o trabalho sério de seus representantes — afirmou.

Para o diretor-geral da Câmara dos Deputados, Rogério Ventura, a rede expõe o Parlamento como de fato é.

— A TV tem o benefício de integração do Legislativo e confere ao cidadão informação pura, direta da fonte.